
SEGURANÇA NO MUNDO, NA EUROPA
E EM PORTUGAL

Virgílio de Carvalho

SEGURANÇA NO MUNDO, NA EUROPA E EM PORTUGAL

I — SÍNTESE INTRODUTÓRIA

A grande crise global, que foi a chamada Guerra Fria, constituiu o culminar dum longo processo histórico principalmente caracterizado pela confrontação entre os Mundos Marítimo e Continental na disputa de controlo da rica faixa marginal meridional do imenso continente euro-asiático. O Mundo Continental, procurando assenhorear-se do controlo deste continente para projectar depois o seu poder para a referida faixa, a que alguns geoestrategistas chamam «RIMLAND», e o Mundo Marítimo, utilizando as potencialidades de mobilidade e de concentração de força militar do poder marítimo, procurando conter tal pressão expansionista na direcção do Mediterrâneo, do Atlântico Norte e dos chamados mares quentes do Sul.

O processo histórico referido, expansão-contenção, começou com os descobrimentos oceânicos de Portugal que, culminando no domínio do oceano Índico na sequência da batalha naval decisiva de Rumes, ou Diu, de 3 de Fevereiro de 1509, obrigou o Império Otomano, que já avançava no sentido do Mediterrâneo e da Europa Ocidental, a fixar as suas atenções na região Ásia-Índico. Arnold Toynbee refere-se a este acontecimento, sustentando ter começado a «Era Pós-Gâmica com a chegada do navegador português Vasco da Gama à Índia em 1498 (1)». Era essa a que Daniel J. Boorstin chamou, por seu turno, de «Nova Idade do Mar». Processo histórico este que prosseguiu ao longo de séculos, com protagonistas continentais e marítimos de crescente poder, e que culminou com o frente a frente dos poderes continental e marítimo máximos, representados pela superpotência continental URSS controlando a Europa de Leste, e pela superpotência EUA acoplada através do Atlântico Norte à Europa Ocidental pela Aliança Atlântica, ou NATO.

(1) «Civilization of Trial».

O enfrentamento máximo continente-mares teve início no seguimento do final da Segunda Guerra Mundial (1939-45) com a consecução do domínio da URSS sobre a Europa Oriental. O qual provocou um desequilíbrio geopolítico que, de acordo com teses como a do geógrafo inglês Mackinder, seria susceptível de poder conduzir a URSS à hegemonia mundial, primeiro pelo controlo do continente euro-asiático e, depois, pela extensão desse controlo à África. Foi perante tal perspectiva que o Mundo Marítimo pareceu ter resolvido dar-lhe a resposta que o mesmo Mackinder prescrevera, o acoplamento de potencial estratégico da América do Norte com a Europa, para conter a expansão da URSS para a Europa Ocidental.

Como é conhecido, a eficácia da contenção do citado processo expansionista da URSS ficou a dever-se à neutralização da ideologia comunista pelo desenvolvimento económico da Europa Ocidental conseguido por uma resposta eficaz dos povos desta ao auxílio económico que os EUA lhe prestaram pelo Plano Marshall, e pela dissuasão que a NATO e a arma nuclear desta superpotência, associada à credibilidade que a presença de forte contingente norte-americano na Europa deu ao eventual recurso ao seu emprego, constituiu. Eficácia de contenção que obrigou a antagonista a enveredar por uma confrontação indirecta de mais de 40 anos, tornada progressivamente mais perigosa pela escalada armamentiva ocorrida. Nomeadamente quanto a meios nucleares, associados a pressões psicológicas que fizeram da chamada Guerra Fria uma autêntica crise estratégica de grandes dimensões, com sucessivos reptos e respostas que, a não poderem terminar em compromisso, teria por risco o holocausto.

Importa chamar desde já a atenção para o facto de o desfecho da Guerra Fria — o inêxito da URSS quanto aos seus objectivos hegemónicos — não ter decorrido de derrota militar dela. O que resultou, antes do mais, da gestão racional da crise que os contendores, responsavelmente, praticaram. E, salientar principalmente, para além do respeito que tal conduta deve merecer, as lições positivas da crise para o futuro, tendo em mente que os homens precisam de fazer da «aldeia global», em que as facilidades de comunicações têm vindo a transformar o mundo, um planeta onde seja cada vez menos utópico equilibrar as suas aspirações à Segurança, ao Desenvolvimento e à Justiça.

Parece ter sido mesmo isso que inspirou estadistas como G. Bush e M. Gorbachev quanto ao que hoje se chama correntemente de Nova Ordem Internacional (NOI). A qual, segundo se afigura, teve como principal fonte de inspiração o equilíbrio e a estabilidade global que foram afinal conseguidos durante a Guerra Fria com o medo do holocausto, e com o funcionamento correcto da aliança que maior êxito registou na História, a inegavelmente defensiva e democrática NATO. O que tem agora sido reconhecido pelos próprios ex-membros do Pacto de Varsóvia, mormente os da Europa Oriental, ao desejarem que a Aliança Atlântica permaneça, e que a presença de forças militares da América do Norte na Europa Ocidental continue, como missão intrínseca dela. Equilíbrio e estabilidade, e ausência da guerra global, que tornaram possíveis, com a ajuda técnica prestada pelos EUA, potenciada pelas virtualidades da democracia política e económica, os êxitos de desenvolvimento registados nas regiões da Ásia-Pacífico e da Europa. Êxitos que foram consubstanciados na Europa Ocidental em associações regionais de cooperação económica como a EFTA e a CE, esta inclusivamente com projectos de avanço para entendimento político e militar. EFTA e CE que estão já preparando a sua associação mútua para a formação do chamado Espaço Económico Europeu (EEE).

Parece assim lícito tomarem-se como bases para o arranque seguro da NOI a democracia e o acoplamento estratégico euro-americano, por parecerem capazes de poder contribuir decisivamente para manter os homens em esperançosos caminhos de Segurança, Desenvolvimento e Justiça, e de equilíbrio ponderado entre estas aspirações universais. Isto, apesar de o abrandamento do receio da ex-URSS estar a dar azo a manifestações de enfraquecimento da coesão europeia e transatlântica.

Do acoplamento estratégico América do Norte-Europa já se referiram os êxitos. Quanto à democracia, convirá lembrar não haver guerras entre países democráticos desde 1910. E lembrar também que a mesma democracia, tendendo a tornar o Mundo mais autêntico, o torna também mais difícil de gerir, como está acontecendo com espontâneas afirmações nacionalistas, étnicas e religiosas.

II — A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A prioridade das prioridades da NOI será, então, organizar a paz. Isto é, em princípio, o equilíbrio e a estabilidade global, a procurar pela prossecução dos seguintes objectivos, aos quais se estima ter sido atribuído o seguinte ordenamento pelos seus promotores:

- a. Pôr a URSS em condições de pilar credível da NOI, a par dos EUA, com equilíbrio interno entre Segurança, Desenvolvimento e Justiça, a promover por democratização e modernização;
- b. Recuperar, credibilizar, aceitabilizar e dinamizar a ONU, para que possa, progressivamente, ir rendendo as superpotências em futura gestão global do Planeta, nomeadamente para conseguir substituir violência por diálogo e confrontação por cooperação na resolução de conflitos, e para intervir militarmente com forças próprias multinacionais, não apenas para manter a paz, mas também para a impor;
- c. Reforçar o acoplamento estratégico euro-americano, juntando à solidariedade de defesa o entendimento tecnómico;
- d. Reunir a Europa Oriental à Ocidental, para neutralização do germe de desequilíbrio global que a separação delas representa em termos geopolíticos;
- e. Pacificar os conflitos regionais no «RIMLAND» e noutras regiões do Globo, nomeadamente os provocados pela confrontação secular entre os Mundos Marítimo e Continental, e procurar a harmonização e a estabilização das regiões onde eles se têm desenrolado, pelas vias da democratização e da modernização dos países e nações que as coabitam;
- f. Promover gradual solidarização do Mundo Marítimo que rodeia o clássico Mundo Continental, pela melhoria do relacionamento político, económico, cultural e psicológico nas vertentes transatlântica, Norte-Sul e Sul-Sul, como contributo indispensável para o equilíbrio global.

De notar que a Comissão Trilateral (grupo de reflexão de ex-líderes políticos, militares e económicos das democracias industriais da América do Norte e da Europa, e do Japão) cuja proposta de «Sistema Atlântico Alargado» dos anos 70 parece um embrião do «Novo Atlantismo» da NOI, na sua reunião de Lisboa terminada em 27 de Abril de 1991, pronunciou-se especialmente

por reforço da acção daquelas democracias quanto às alíneas a., c. e f. supracitadas.

De notar, também, a preocupação de manter o diálogo euro-americano quanto ao entendimento técnómico, verificada na inconclusiva Cimeira de Washington de fins de Abril de 1992.

III — OS PROBLEMAS DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

O progresso da NOI não vai ser fácil. Mas os sobressaltos e as interrupções por que se admite ter de passar não evitarão que os caminhos para a Nova Era, a tal «Pax Universallis» de que fala G. Bush, tenham de ser, mais ou menos, os que se referem. Os quais constituem uma óptica de longo prazo que é muito conveniente ter em termos de planeamento de defesa — para a qual se pretende contribuir algo com este trabalho — porque os meios, cada vez mais sofisticados e mais caros, não podem andar a toque de caixa de sobressaltos. Têm de ser adaptados ao presente e ao futuro, tanto quanto for possível. Até porque em democracia, e no novo clima internacional de procura de entendimentos e de repúdio de confrontações, as opiniões públicas tendem a ser crescentemente exigentes quanto às provas de exequibilidade e de aceitabilidade de estratégias que são particularmente sensíveis e dispendiosas, como acontece com as de Defesa.

Salienta-se que, entre os problemas por certo mais difíceis da NOI, se destacam os da ex-URSS, da Europa (Oriental e Ocidental), do Médio Oriente, do Norte de África, do Sueste Asiático, da África Austral e da ONU, a par da questão do controlo de armas estratégicas e da contenção do terrorismo internacional.

a. *Ex-URSS*

O problema da ex-URSS é sobejamente conhecido quanto à perigosidade intrínseca de conflitos que decorrem da fragmentaridade potencial de um «império» que se revelou particularmente vulnerável à transição para a democracia política e económica, em ambiente de caos económico e de choque psicológico provocado pelo seu inêxito na Guerra Fria. Cenário de que importa salientar, para os fins do presente estudo, não se poder contar por ora com o que resta da ex-URSS (quer seja a possível Comunidade de Estados Independentes — CEI — ou apenas a Rússia) para pilar da NOI, a par dos EUA. Problema este que já levou o Pentágono a propor que os EUA se assumam como única superpotência sobrevivente, com poder militar (convencional e nuclear) suficiente para contrariar pretextos de insegurança regional e global doutras grandes potências para se rearmarem. Filosofia esta que parece assentar também no pressuposto de que, desse modo, e também apoiando

financeira e tecnicamente a ex-URSS a democratizar-se, a segurança global, e a própria dos EUA, resultarão menos dispendiosas.

Estar-se-á, assim, ante um cenário de grande incerteza, em que os EUA, seja qual for o resultado das suas eleições, deverão continuar a ser a única superpotência em campo. Mas sujeita a limitações quanto a um papel de gendarme mundial, que não poderão exercer sem entendimento claro, limitativo, com aliados, com ex-adversários, e com a sua própria opinião pública. E sem o aval da ONU. Entendimento esse que se tornou mais trabalhoso e mais difícil de conseguir com os seus competidores técnicos da Europa e do Japão, desde que diminuiu neles o receio da ex-URSS.

De notar, ainda, as incertezas quanto ao futuro das Repúblicas Muçulmanas do Sul da ex-URSS, localizadas no cruzamento de interesses conflituais do Mundo Islâmico — nomeadamente por via do Irão e da Turquia — e, claro está, da própria CEI. E ainda a incerteza, à data, do futuro do controlo das armas estratégicas da ex-URSS, particularmente da sua enorme frota naval oceânica, que tem dado lugar a importante conflito com a Ucrânia, que detém em território seu importantes meios aeronavais da Esquadra do Mar Negro (e respectivas infra-estruturas), que é vocacionada para operar no Mediterrâneo, no Índico e no Atlântico. Frota oceânica essa que, pela sua natureza, pela sua condição e pela sua dimensão, tem muito mais a ver de facto com a defesa à distância do território todo duma CEI ou duma Rússia superpotências possíveis, do que duma potência apenas regional, como será o caso da Ucrânia. Conflito cuja solução poderá vir a implicar interrogações quanto à continuidade da presença de forças oceânicas da CEI, ou da Rússia, no mar Negro, e no Mediterrâneo, como já aconteceu com o mais novo dos seus porta-aviões, que foi transferido à pressa para o mar do Norte.

b. *Europa*

A Europa, como se pode depreender de teses como a supracitada de Mackinder, constitui uma peça chave de jogo secular de expansão-contenção entre os Mundos Continental e Marítimo. Motivo por que os EUA, como é clássico da sua escola de pensamento geopolítico, tenderão a seguir muito atentamente o que nela se passar. Nomeadamente para procurar, antes de

tudo (como o têm aliás declarado com certa frequência), que nela se constitua um poder de propensão continental hegemónica.

No mínimo, os EUA tenderão a ver com apreensão as políticas que visem realizar o projecto Euro-África da escola alemã de pensamento geopolítico, através do qual sectores eurocentristas possam procurar criar uma grande potência europeia a situar-se entre as duas superpotências, provocando um desequilíbrio global favorável ao Mundo Continental, por divisão do Mundo Marítimo. Daí os EUA seguirem também com desassossego alguns passos possivelmente conducentes a uma união política da Europa, que possa vir a pôr em causa o seu acoplamento com a América do Norte. Inclusivamente porque, em nome do equilíbrio mundial, poderá a seus olhos parecer-lhes melhor que em todo o Mundo se criem de preferência associações regionais de mercado livre, e não uma Europa político-militarmente unida, que os preocupa como «Fortress Europe» que já lhe têm chamado.

De facto, parece verosímil que, à semelhança de que parece viável na própria América do Norte com o projecto NAFTA (North America Free Trade Association) já em curso, com Canadá, EUA e México, os EUA possam desejar que por tal estádio se fiquem também as associações regionais de cooperação económica que já estão em curso no Sueste Asiático, no Magrebe, na África Ocidental e no cone meridional da América do Sul, e, a seu tempo, possivelmente também no Médio Oriente, na África Austral, na própria ex-URSS, etc. Daí também que os EUA, e seus aliados euro-atlantistas, tendam a pugnar por que a UEO (União da Europa Ocidental), na qual os seus aliados eurocentristas vêm um passo fundamental para a união política da Europa, seja apenas o pilar europeu da NATO, a par do pilar norte-americano dela.

Note-se que não são apenas os euro-atlantistas a verem a necessidade de preservação do acoplamento estratégico da Europa-América do Norte. E, com ele, a continuação da presença militar dos EUA na Europa. São também os países europeus orientais que foram membros do ex-Pacto de Varsóvia, a quererem abertamente fazer a sua aproximação à Europa Ocidental, não como a França de F. Mitterrand lhes propôs — sem a presença dos EUA — mas com ela, através do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, que foi criado, entre outras coisas, também para o efeito. Inclusivamente, porque eles vêm em tal aliança transatlântica uma hipótese de dissuasão e de defesa contra uma URSS hegemónica que possa eventualmente ainda renascer dum

golpe reaccionário que vários políticos da CEI, como M. Gorbachev, E. Schevardnadze e B. Ieltsin, admitiram ainda recentemente como possível.

Por outro lado, o próprio projecto da união europeia está ainda, lamentavelmente, mas iniludivelmente, minado por desconfianças que se tornaram mais visíveis após a unificação da Alemanha, apesar de ela ter sido um passo desejado e fundamental para se poder iniciar a reunião da Europa Oriental à Europa Ocidental. Desconfianças que estão dando lugar, não apenas a demonstrações de perda de entusiasmo pela unificação europeia de largas faixas do eleitorado das próprias França e Alemanha, que são precisamente os dois países cujo entendimento é considerado essencial à credibilidade e ao êxito do projecto. E, como que confirmando o referido, a um hipotético voltar de costas ao Oeste europeu por uma Alemanha que procuraria recriar a sua zona de influência centro-leste, parece acontecer movimento simétrico simultâneo na França, procurando congregiar à sua volta potencial estratégico atlântico através da proposta «Arco Atlântico» que engloba a Península Ibérica e o próprio Magrebe. Isto é, uma espécie de criação de um atlantismo europeu mais continentalista que marítimo, como é característico de França e da Espanha, precisamente as duas potências que não têm querido estar na estrutura militar da NATO, e que parecem ser mais por uma UEO eurocentrista.

c. Médio Oriente

O problema da pacificação do Médio Oriente é considerado de difícilíssima solução, apesar do interesse comum que as superpotências, EUA e ex-URSS, têm manifestado na sua solução, por recearem que um conflito, em região que ambas consideram do seu interesse vital, as possa envolver directamente.

Daí estar ocorrendo uma crise prolongada que ambas têm procurado gerir, que começou pelo repto da nacionalização do canal de Suez de 1956 pelo Presidente Nasser do Egipto, em que Moscovo e Washington intervieram para terminar com a intromissão militar da França, da Inglaterra e de Israel. Crise essa prosseguida mais tarde, na Guerra do Yom Kippur de 1973, que acabou por também ter a intervenção de Moscovo e de Washington para evitar que tropas israelitas, entrando no Cairo, tornassem impossível chegar-se a um acordo como o de Camp David que, pelos vistos, poderia ter sido o verdadeiro objectivo dela. Intervenção soviético-americana essa que foi mais acentuada na crise do Golfo, e acompanhada pela ONU com o acordo de ambas,

para que a guerra limitadíssima que ali ocorreu, e que foi gerida com autêntica técnica de gestão clássica de crises, permitisse chegar-se ao que parece pretender ser a extensão do Acordo de Camp David a todo o Médio Oriente.

Como é sabido, a permanência de S. Hussein e do seu regime no Iraque, com meios militares suficientes para evitar que um eventual vazio de poder pudesse dar lugar a acontecimentos incontroláveis de guerra civil, e pretexto a intervenção militar de vizinhos para a conter, deixou em suspenso questões graves, suficientemente conhecidas. Que poderão levar a nova intervenção militar, muito mais difícil de sancionar pela ONU e por países árabes que, no caso da crise do Golfo, tiveram como justificação ter um país árabe, o Iraque, atacado militarmente outro país árabe, o Koweit.

d. Norte de África

O Norte de África é uma região cuja alta instabilidade, preocupante para a vizinha Europa, decorre de vários factores. Entre eles, subdesenvolvimento associado a alta taxa de crescimento demográfico — que levou a que mais de 70 por cento da população tenha menos de 30 anos de idade — ineficácia de governantes, saudade de um passado longínquo de grande esplendor e xenofobia de europeus. Factores esses que têm conduzido camadas jovens — incluindo estudantes, professores universitários e militares — a abraçarem o recurso a radicalismos, como o fundamentalismo e o integrismo islâmico.

Trata-se de problema de difícil atenuação, nomeadamente porque o tipo da cultura, os hábitos religiosos, e outros, das populações das regiões — aliados à instabilidade referida e à imprevisibilidade que é própria de regimes não democráticos — não parecem propícios à atracção de investimento estrangeiro. Situação que, a complicar-se mais, poderá mesmo inviabilizar o projecto de associação económica UMA (União do Magrebe Árabe), agravar o conflito em curso quanto ao Sara Ocidental, até eventualmente atear o conflito latente quanto a Ceuta e Melilla, com consequências difíceis de prever para a segurança da Europa e do Mundo Marítimo.

De notar ainda que, no Mundo Árabe, há já uma tendência, provocada pelas acções contra os regimes do Iraque e da Líbia, para ver na NOI um instrumento de repressão do modo islâmico de estar no Mundo.

Sueste Asiático

A questão do Sueste Asiático, uma região onde desenvolvimento explosivo coabita com desconfianças intra-regionais preocupantes, poderá estar em melhoria com os progressos de pacificação em curso no Camboja. E também com a presença de forças militares dos EUA, que poderão transferir-se das Filipinas, Indonésia ou Singapura, a qual pode ter efeitos estabilizantes, a exemplo do que aconteceu na própria Europa.

A ser possível tal transferência de forças militares dos EUA para a região, e a progredir o entendimento desta superpotência com o Japão, a China e a U. Indiana (que faz parte do projecto de solidarização Sul-Sul da NOI), o Sueste Asiático poderá conhecer melhores dias quanto a Segurança, Desenvolvimento e Justiça. Nomeadamente também com progressos da AFTA (Asia Free Trade Association) que está sucedendo à ASEAN. Os quais, aventa-se, poderão inclusivamente obrigar a Indonésia a encarar com menor receio de implosão territorial as mais que justas reivindicações autonomistas do martirizado povo de Timor Leste.

África Austral

O problema da prossecução das aspirações de Segurança, Desenvolvimento e Justiça, e do seu equilíbrio, na África Austral, no respeitante à República da África do Sul (RAS), porque ela tem reconhecidamente boas potencialidades materiais, e até alguma prática da democracia (nomeadamente de economia de mercado), poderá ser menos difícil de resolver que na ex-URSS e na Europa do Leste. Inclusivamente porque a situação económica do país não é de caos económico, como acontece nestas.

Nomeadamente, para além de múltiplos problemas que ainda poderão pôr em perigo tal evolução, é factor de esperança o reconhecimento por parte da população branca de que o ambiente da NOI levaria ao isolamento internacional se o país continuasse com o «Apartheid», e a convicção de boa parte da população negra de que, ao contrário do que antes proclamava, não lhe interessa afinal empurrar a população branca para o mar, por saber da imprescindibilidade da sua alta qualidade para o bem-estar material do país todo. Inclusive, para a atracção de investimento externo.

Problemas bem mais sérios poderão ser os de Angola e de Moçambique. Principalmente o deste, em que, à existência de menores e menos rendosos recursos económicos naturais, se junta a fragmentaridade potencial do país, resultante de ele ser uma comprida faixa litoral Norte-Sul, cujos portos são vitais para a viabilidade económica de países interiores limítrofes de língua inglesa.

De notar, ainda, que a evolução ocorrida no Zaire e no Zimbabwe quanto à pilhagem e a à expropriação de interesses económicos de brancos, poderá tornar muito mais prudente o investimento de democracias industriais na região.

De salientar, por fim, que uma associação regional de cooperação económica na África Austral, onde predomina a língua inglesa, é risco de tomo para a preservação do idioma português em Angola e Moçambique. E que o problema de Cabinda, rica em petróleo, pelo que pode desencadear de interesses externos, regionais e outros, pode vir a criar um novo e sério foco de tensão.

ONU

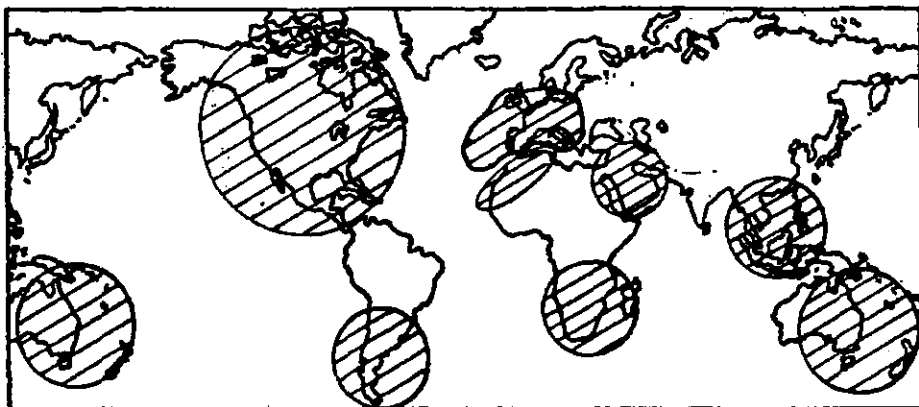
No concernente à ONU, afigura-se que a dinamização, a responsabilização e a credibilização do seu Conselho de Segurança poderá estar em progresso desde a crise do Golfo. Para o que também tem contribuído o papel sereno e responsável duma China cujo desenvolvimento económico, a partir do litoral onde se têm confirmado as potencialidades que caracterizam tais zonas, e da democracia económica, permite agora iniciar a modernização e a democratização do país todo, sem tantos riscos de implosão como na ex-URSS e ex-Jugoslávia.

São de notar, além da acção limitadora da ONU quanto a excessos militaristas na crise do Golfo, a sua intervenção inovadora na questão interna do Iraque — em nome da minoração do sofrimento do povo Curdo — e a sua acção persistente na crise da Jugoslávia. Intervenção inovadora que tudo justificaria que fosse repetida quanto a Timor Leste.

Saliente-se, no entanto, que poderá constituir perturbação desnecessária uma eventual nomeação de mais países para o Conselho de Segurança da ONU, quando parecerá bem mais realista esperar a consolidação de associa-

ções regionais de cooperação económica, com a CE, a NAFTA, a AFTA, a UMA, etc., para tais cargos, para os quais terão decerto maior legitimidade, maior aceitação e maior eficácia do que simples países, na perspectiva da NOI.

Figura 1



Hipótese mundo multipolar
(Do livro «A Nova Era», do autor)

De assinalar, entretanto, esforços do actual Secretário-Geral da ONU para dotar esta organização com um exército permanente multinacional, para efectuar missões de «peacekeeping» e de «peacemaking».

IV — SEGURANÇA NO MUNDO E NA EUROPA

Arquitecturas de Segurança Mundial e Europeia

A experiência da longa Guerra Fria, de quase meio século de equilíbrio sem guerra generalizada após as sangrentas experiências das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, aponta para que possam ter razão os que entendem dever assentar a arquitectura de segurança mundial num esquema com base no acoplamento estratégico transatlântico da América do Norte com a Europa, e na preservação de meios militares suficientes, e vontade de intervenção externa da superpotência por ora restante, os EUA. Nomeadamente, como atrás se disse, para retirar argumentos de insegurança global e regional a potências ou associações de potências visando o seu eventual rearmamento, conducente a nova e inconveniente escalada rearmamentista.

O recente oferecimento de bases por países do estrategicamente muito importante Sueste Asiático, como Singapura e Indonésia, para colher forças militares dos EUA que não serão mais desejadas nas vizinhas Filipinas, constitui exemplo esclarecedor do referido. E isto porque, para além do atrás referido, reflecte propósito declarado de evitar preenchimento de vazio militar eventualmente deixado pelos EUA na região por países que se têm manifestado historicamente interessados em aumentar a sua influência no estreito de Malaca, como sejam o Japão, a China, a U. Indiana e a ex-URSS. E ainda porque reflecte interesses em evitar corridas ao armamento dos próprios países da região, cujas desconfianças mútuas parecem ainda longe de se esbater, como atrás também se referiu. De notar ainda o desejo já manifestado pela Coreia do Sul para a manutenção de tropas dos EUA no país, por certo para facilitar a arriscada aproximação entre as duas Coreias.

O reconhecimento pelos povos da América do Norte e da Europa, depois da experiência de três guerras mundiais sucessivas — a Primeira, a Segunda e a Fria — de que a segurança de ambas as regiões é inseparável, tende a constituir o primeiro elemento a considerar na formulação da arquitectura de segurança europeia.

Quer isto dizer que, para quem reconheça ser o equilíbrio, a estabilidade e a confiança o primeiro requisito da segurança para qualquer região ou país do Planeta, a missão para que a NATO foi criada não terminou com o

fim do Pacto de Varsóvia, nem com o esbatimento da chamada ameaça soviética. Antes de mais, porque não está ainda completado o regresso da Europa Oriental ao convívio da Europa Ocidental. Isto é, não está ainda suturada a rotura aberta pela ex-URSS no final da Segunda Guerra Mundial, que poderia conduzir, como atrás se realçou, à sua hegemonia no Mundo. E, por outro lado, porque os próprios países do Leste Europeu têm manifestado abertamente ser seu desejo efectuar tal regresso a coberto da NATO, cujas democracidade, postura defensiva e eficácia, nunca desmentidas, lhe parecem merecer a maior confiança. Razão por que aderiram voluntariamente ao Conselho de Coordenação do Atlântico Norte, que foi vocacionado, entre outras coisas, exactamente para facilitar aquele regresso.

Mas, por outro lado, como atrás também se salientou, há países europeus membros da NATO entendendo que esta aliança conserva ainda, como missão deveras importante, precisamente a de manter uma presença militar da América do Norte na Europa, por receios que lhes infundem movimentações de potências eurocentristas que lhes lembram um passado ainda não distante que levou a intervenções militares dos EUA, no Velho Continente, na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, para lhes pôr cobro.

Seja como for, o mais importante será no entanto o referido pelo actual Secretário-Geral da NATO, em intervenção de 24 de Fevereiro de 1992, lembrando que a Aliança Atlântica reúne as duas maiores zonas comerciais do mundo, que são hoje, simultaneamente, os dois principais centros mundiais de liberalismo e democracia. E lembrando também que enfraquecer a NATO ou retirá-la da arquitectura de defesa europeia, corresponderia a inviabilizar uma Ordem de Segurança Europeia e uma Nova Ordem Internacional. E, a ser assim, compreender-se-á por que razões não convirá que, nem a UEO (União da Europa Ocidental), nem a CSCE (Conferência de Segurança e Cooperação Europeia), tenham papel susceptível de enfraquecer o acoplamento estratégico América do Norte-Europa.

Assim, em traços muito gerais, a UEO — como aliás ficou assente no Tratado de Maastricht de 11 de Dezembro de 1991 — deverá funcionar como pilar europeu da NATO, a par do pilar norte-americano, para tornar a Aliança Atlântica mais equilibrada, mais democrática, mais aceitável, mais credível e mais eficaz. E também como «forum» europeu visando criar laços e hábitos que contribuam para o objectivo duma união europeia. Além do mais, a UEO pode proporcionar intervenções militares de países que são simultaneamente

membros dela e da NATO fora da área desta, com doutrina comum e treino conjunto adquiridos no âmbito dela. E, ainda por cima, com a participação de países que, como França e Espanha — que não pretendem pertencer à estrutura militar da NATO — como aconteceu na crise do Golfo. O que, a par de outras iniciativas, contribui para uma desejável harmonização de tarefas das duas organizações, que poderá intensificar-se quando a sede da UEO puder mudar para Bruxelas, onde está a da NATO.

Quanto à CSCE (que é preciso não esquecer que tem também como membros países do ex-Pacto de Varsóvia) ela tem para já, no presente e no futuro próximo, tarefas preventivas muito importantes quanto à estabilidade e à paz, na Europa, e até talvez na ex-URSS, e na ex-Jugoslávia, no domínio da promoção do respeito pelos direitos humanos. E, nomeadamente, através do seu já programado Centro de Prevenção de Conflitos.

Entretanto, porque se mantém, apesar de tudo, a hipótese do golpe reaccionário na ex-URSS, e potencial suficiente para repor capacidade militar de superpotência, a NATO já se decidiu por manter uma estrutura militar, mais aligeirada e mais flexível, sobretudo mais condizente com a confiança crescente que deve acompanhar o difícil passo do regresso da Europa Oriental à Europa toda, e o progresso da ex-URSS no sentido da modernização e da democratização.

Assim, a nova estratégia da NATO pôs ênfase em mais unidades ligeiras multinacionais visando promover maior integração europeia nelas. Inclusivamente para, por exemplo, constituir Forças de Reacção Rápida a servir tanto no âmbito da NATO como no da UEO para, nomeadamente, acorrerem em nome da ONU a conflitos regionais e locais com o objectivo de repor a paz.

E, por outro lado, para além de manter uma força militar conjunta, mais reduzida, inclusive quanto a forças norte-americanas no centro da Europa, foi decidido que a NATO mantivesse um esquema de reforço imediato com forças multinacionais actuando a partir da Inglaterra, e com forças de reforço rápido, naturalmente mais substanciais que aquelas, a partir da América do Norte. O que parece consentâneo com o novo ambiente de confiança indispensável à evolução para um Mundo menos perigoso.

V — SEGURANÇA EM PORTUGAL

Em termos militares, ou de estratégia directa, a importância do disperso território euro-atlântico nacional para as arquitecturas de segurança global e europeia, pelo papel central que pode desempenhar no vital acoplamento estratégico América do Norte-Europa, tende a assegurar-lhe o interesse dos aliados transatlânticos quanto à sua defesa relativamente a eventuais antagonistas exteriores à OTAN e à UEO.

No entanto, além do mais, a Segurança não se esgota em defesa militar. E acontece que na Nova Ordem Internacional — que visa promover confiança e cooperação — torna-se muito mais difícil, e sobretudo muito menos conveniente, falar de ameaças. Mas disso decorre também tendência para desarmar vigilâncias, e para considerar alarmista, corporativista e fora de moda, quem nelas ousar falar. Parece haver assim ambiente propício a eventual emprego de estratégias indirectas subtis — que até podem ser aliciantes — para realizar objectivos de sempre. Por outro lado, o crescente interesse da opinião pública em controlar políticas sensíveis e dispendiosas, como é o caso da Política de Defesa, obriga a um grande rigor quanto à aplicação das provas clássicas das estratégias. As quais são, como é sabido, adequabilidade (possibilidade efectiva de realizar objectivos definidos pela política), exequibilidade (capacidade humana e material para iniciar e manter esforços e sacrifícios das estratégias) e aceitabilidade (justificação de esforços e sacrifícios materiais e morais das estratégias pela real importância dos objectivos a realizar).

A aceitabilidade é, por certo, a prova a ter em maior atenção quanto à Defesa no actual ambiente democrático e de desenvolvimento nacional, regional e mundial. O que implica, antes do mais, interesse e legitimidade evidentes quanto a empenhamento de meios materiais e humanos em tarefas de Defesa, e cuidados extremos quanto a gastos financeiros, tendo em vista a imprescindibilidade de se preservar, como se tem vindo a salientar, o devido equilíbrio entre as aspirações de Segurança, Desenvolvimento e Justiça. Imprescindibilidade essa claramente ilustrada pelo facto exemplar, atrás realçado, de o inêxito da ex-URSS na Guerra Fria se ter ficado a dever, não a derrota militar, mas a exploração do desequilíbrio evidente do que existia entre aquelas aspirações, com largo benefício para a Segurança.

Para o caso específico de Portugal têm particular interesse dois conceitos, de origem francesa, desenvolvidos por certo com base em atento

estudo da História. Um, o de que um país estrategicamente situado no caminho de interesses de países maiores, tenderá a ter importantes problemas de soberania, e até de coesão interna. Outro — que no caso de Portugal tende a complementar o supracitado —, o que de um país é tanto mais ameaçável quanto mais vulnerável for, isto é, quanto mais pontos fracos apresentar a eventual exploração por países maiores interessados em ter o controlo das suas potencialidades estratégicas.

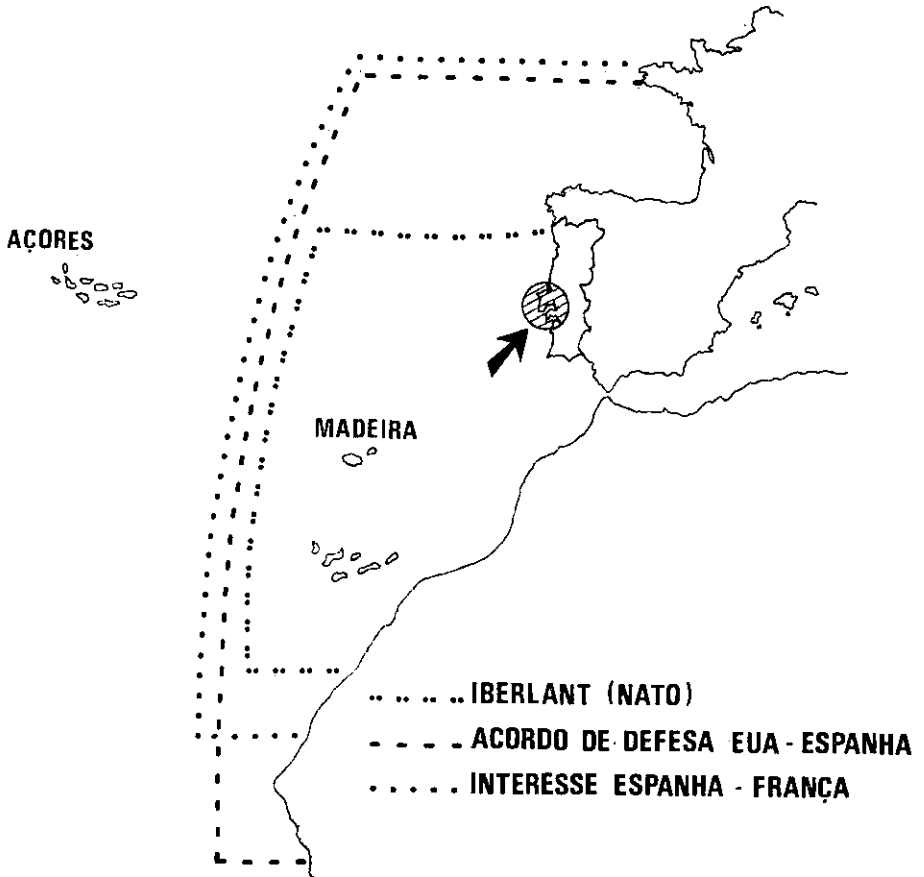
O caso é que o conjunto territorial euro-atlântico de Portugal está indiscutivelmente no caminho de importantes interesses estratégicos de países maiores. Como se pode depreender da Figura 2, e do que mais adiante se refere. E é afectado pelas segunda e terceira condições mais graves de fragmentaridade potencial que constituem importante vulnerabilidade:

- descontinuidade marítima própria da sua composição quase-arquipelágica, com um elemento continental e dois importantes arquipélagos atlânticos;
- faixa alongada Norte-Sul da componente continental do território, do que decorrem diversidades de clima, de cultura e de potencialidades económicas, tradutíveis em comportamentos nem sempre fáceis de harmonizar.

Acontece ainda que, estando Portugal participando no projecto europeu, que tem por um dos seus objectivos — embora controverso, e não generalizadamente aceite — a «Europa das Regiões», as vulnerabilidades geográficas apontadas requerem, por certo, o maior cuidado quanto à sua gestão.

Em síntese, parece que a Defesa em Portugal, porventura bem mais ainda que para a grande maioria dos países, precisa de ser total — não apenas militar — e dirigida prioritariamente à minoração de vulnerabilidades exploráveis e à potenciação de virtualidades, mormente económicas, culturais e morais, para o tornar mais resistente ao «pantansoso» ambiente regional e mundial de incertezas, que torna mais necessário, que nunca, não esquecer que em política não há amizades, mas interesses. No fundo, convirá proceder como quanto a um ser humano, para o tornar mais resistente a ambientes de risco. O que, saliente-se, é perfeitamente legítimo e indiscutivelmente conveniente para uma equitativa regionalização e mundialização do Planeta.

Figura 2



Uma autêntica «fronteira» entre áreas de interesse estratégico da América do Norte e da Europa, tende a passar entre os Açores e a Península Ibérica (do livro «A Renovação do Mundo», do autor).

Com a crescente regionalização e mundialização das questões, as políticas de Defesa, e as das Relações Externas e de Desenvolvimento económico dos países, tendem a andar cada vez mais ligadas. O que, aliás, não é coisa nova para o universalista Portugal que, durante muito tempo, teve um único Ministério para a Marinha e o Ultramar.

Por outro lado, já Napoleão dizia que as Políticas de Defesa e Externa dos países são-lhes principalmente inspiradas pela sua geografia.

Parece assim imprescindível lembrar, embora sinteticamente, a caracterização geográfica de Portugal, e as preocupações, os desafios, os problemas e as oportunidades que dela decorrem, para se poder falar de Objectivos Nacionais Permanentes (ONP). Isto é, dos objectivos que tendem a ser mais estáveis com o tempo, por decorrerem dos dois factores também mais estáveis do Poder Nacional, que são o geográfico e o carácter nacional. Carácter nacional esse que, saliente-se, também é influenciado pela condição geográfica.

Portugal, como atrás se referiu, é um sistema descontínuo composto por um elemento continental situado na Península Ibérica — encravado entre Espanha e o Atlântico — e por dois muito importantes arquipélagos atlânticos. Sistema que tem por centro de gravidade a protuberância continental dos grandes estuários do Tejo e do Sado (assinalada na Fig. 2) curiosamente situada a meio do litoral continental, à maior distância da fronteira do país vizinho, e à menor distância daqueles arquipélagos. E de onde partiu, segundo A. Toynebee, a era pós-gâmica como se referiu na página 3.

Da especial combinação e localização do sistema quase-arquipelágico euro-atlântico de Portugal, cuja força centrífuga lhe permitiu ser a única Nação da Península Ibérica a conseguir até hoje individualidade política, resulta como principal preocupação permanente (ou ONP) de Portugal preservar:

- a condição marítima do Continente;
- a coesão interterritorial do descontínuo sistema euro-atlântico que ele é;
- a sua viabilidade económica e cultural, por meio de desenvolvimento que não conduza à sua absorção pelo corpo peninsular;
- um sistema de alianças com países extra-ibéricos e extra-europeus, de condição marítima, interessados de facto na preservação da individualidade de Portugal, mormente os que falam português.

De notar, a propósito, a importância vital do desenvolvimento económico do centro de gravidade do sistema — a protuberância dos estuários do Tejo e do Sado — a que Oliveira Martins ⁽²⁾ chamou de «cabeça de gigante em corpo de pigmeu, e o maior obstáculo à absorção do País pelo corpo peninsular». Por seu turno, a circunstância de Arnold Toynbee ⁽³⁾ sustentar que, de grandes estuários, podem nascer civilizações, e que do Tejo saiu a pós-gâmica, mostra o valor e o interesse de amarras a manter com os Mundos Marítimo e Lusófono que foram iniciados por Portugal, e o de cuidados a ter com a preservação e a manifestação da sua individualidade e da sua capacidade negocial nos «fora» onde tem de estar, nomeadamente nos espaços europeu e transatlântico.

Há ainda a registar a tese do historiador Lewis Tambs ⁽⁴⁾ de que as sociedades insulares (Portugal é desse tipo) são geralmente identificadas com estuários, recôncavos e mares protegidos, como acontece com o Japão que começou na Planície de Yamoto do Mar Interior, a Holanda do Zuiderzê, a Inglaterra do rio Tamisa, e Portugal do Tejo. Lewis Tambs que acrescenta ter a ameaça para países como a Holanda e Portugal vindo sempre do interior, e ser sempre uma constante — Alemanha e França no caso daquela, Castela no deste; e que o mar foi a salvação de ambos os países. E, no tempo presente, parece curioso que a Dinamarca pretenda conseguir manter uma cláusula que impôs para ingressar na CE, proibindo Alemães de comprarem casas de férias no seu litoral.

Serve o referido para lembrar também que a coesão e a viabilidade económica e cultural de Portugal, que é a primeira linha de defesa do País, precisa de começar por assentar no desenvolvimento, não só da região dos estuários do Tejo e Sado, mas de todo o litoral do Continente, através de pólos portuários industriais, comerciais e culturais, como Douro-Leixões, Aveiro-Figueira da Foz, Sines, Faro-Olhão, Funchal, Ponta Delgada e Praia da Vitória, só para falar nos mais importantes. E no uso do mar e do ar como vias de transporte externo alternativas às menos livres vias terrestres. E, ainda antes disso, na educação dos cidadãos para entenderem bem tudo isto, e no interesse real que há efectivamente em pôr em prática tal estratégia.

(2) «Portugal Contemporâneo».

(3) Ob. cit.

(4) «The Earth and the State».

Do referido resulta ainda que, para Portugal, seja muito conveniente que o departamento da Defesa Nacional tenha capacidade institucional para poder influenciar opções doutros departamentos, por forma a que eles não se esqueçam de considerar nelas a regra de ouro da inseparabilidade Desenvolvimento-Segurança do país específico que Portugal é. Resulta ainda daí que Portugal, para fins de protecção da sua soberania, precise de delegações em «fora» como a CE, a NATO, a UEO, a CSCE, etc., e em países de acolhimento de comunidades portuguesas e do Mundo Lusófono, compostas de pessoal da maior competência e da maior competitividade, e com discurso de defesa do País do género do referido abaixo (Europa atlantista), na pág. 104 (UEO), 106 (IBERLANT), etc. E isto porque a tendência para a regionalização e para a mundialização das políticas e das estratégias aconselha a dispor, cada vez mais, de «agressiva» defesa avançada do Interesse Nacional.

Salienta-se, entretanto, que a preservação da individualidade dos países que, como Portugal, estão empenhados no projecto europeu, nada tem contra este. E até mesmo, longe de poder prejudicar tal projecto, só poderá beneficiá-lo. Pois uma Europa só poderá ser mais ela, na medida em que todos os países puderem rever-se nela. E até mais rica e mais influente, na medida em que consiga congraçar todas as suas importantes e valiosas diversidades.

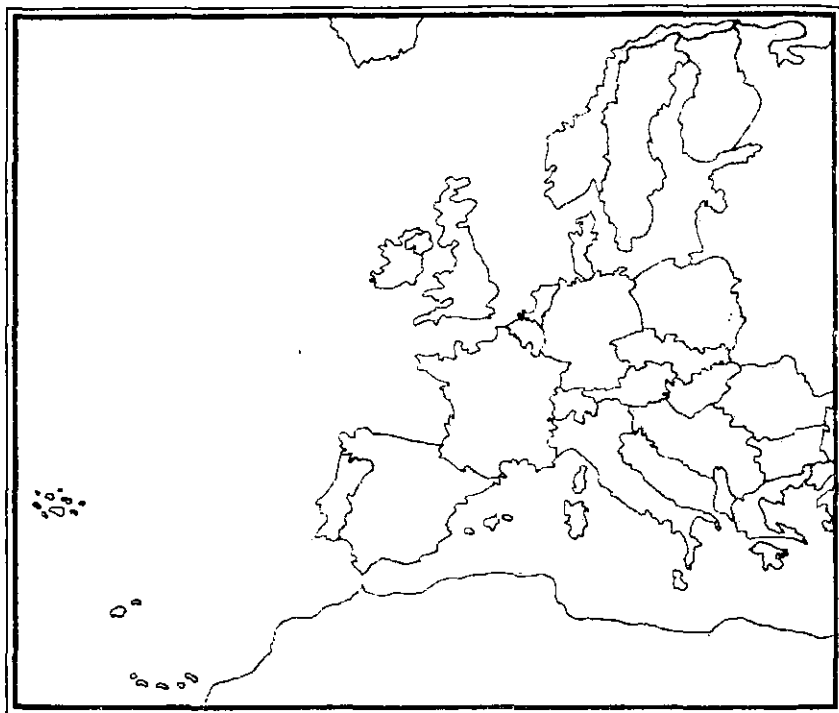
E, para não restarem mais dúvidas sobre isso, convirá desde já denunciar a ideia feita por eurocentristas, de conhecido pendor continentalista, de que só eles são europeístas, isto é, de que os euro-atlantistas o não são. Ideia feita que é altamente inexacta e inconveniente, inclusivamente porque a Europa, sendo uma comprida península Leste-Oeste, com uma fronteira marítima muitíssimo mais extensa do que a terrestre, e que é acentuada por numerosas penínsulas e ilhas adjacentes, que lhe conferem uma taxa de maritimidade muito maior que a de Portugal (Fig. 3), é ainda muito dependente das vias oceânicas para o seu aprovisionamento de matérias-primas essenciais e para a sua segurança. Pelo que precisa de ser atlantista, para não vir um dia a ficar de novo sob ameaça de controlo pelo poder que a Leste pode voltar a desenvolver-se.

Além do mais, uma Europa atlantista é do maior interesse para Portugal, por duas razões fundamentais:

- porque a Portugal importa conciliar a opção histórica vital atlântica nacional com a conjuntural europeia que comporta iniludíveis riscos de absorção continentalizante, os quais sempre evitou correr enquanto lhe foi possível;

— porque tal Europa faz dele um país central num relacionamento estratégico íntimo da Europa com a América do Norte, e não apenas periférico numa Europa isolacionista.

Figura 3



A fragmentária e marítima Europa
(Do livro «O Golfo e o Futuro», do autor)

Por outro lado, será de não esquecer também que o projecto europeu poderá não ser de fácil concretização e, muito menos, rápida. Podendo mesmo acontecer ainda que seja inviabilizado ou, no mínimo, obrigado a quedar-se em associação de comércio livre — porventura no chamado Espaço Económico Europeu, com associação CE e EFTA — a exemplo doutras associações regionais que estão em projecto e em andamento em algumas partes do Mundo, por uma questão de uniformidade e de equilíbrio global. Associações essas que, como atrás se referiu, poderão vir a ser os futuros membros permanentes

do Conselho de Segurança duma ONU a adquirir crescente capacidade de intervenção na «governança» universal. Razões por que, além do que foi referido quanto às vantagens para a própria Europa, de cada país membro ir cuidando do desenvolvimento da sua individualidade, tal política parece também mais segura, principalmente para um país com as especiais vulnerabilidades geográficas de Portugal. As quais, por tenderem a fazer dele, provavelmente, o que maiores riscos corre num processo de alienação precipitada de soberania, aconselham a ser por uma Europa dos Países, e não por uma Europa das Regiões.

Que o projecto europeu não está correndo ainda totalmente de feição, isso parece claro, como atrás se referiu, da suspeita de a Alemanha poder propender para a criação duma zona de influência própria centro-leste, e do que parece uma iniciativa de franceses para lhe responder com a proposta de «Arco Atlântico» englobando a Península Ibérica, e até o Magrebe. E ainda de a Inglaterra tender preservar a sua influência própria no processo, servindo-se do poder negocial que a sua ligação íntima à América do Norte e à «Commonwealth» lhe confere.

Por tudo o referido, e também pelo que ficou dito no início deste estudo, a Portugal interessa muito que a NATO seja mantida, que a UEO se desenvolva como pilar europeu dela, e como «forum» de debate e progresso duma identidade europeia. E interessa-lhe também participar na CSCE, e em tudo o que diga respeito à segurança do Mediterrâneo e da fronteira Sul da Europa — e com delegações competentes e aguerridas —, porque a posição de Portugal, não podendo ser ignorada em qualquer dos casos, obriga-o a participar para preservar a sua soberania e para usufruir do legítimo poder negocial. Mas, será preciso que se diga, tudo isto sem esquecer que Portugal é um país do Atlântico e não do Mediterrâneo (a ponto de a sua opção atlântica viabilizante ter contribuído no passado para neutralizar o poder do Mediterrâneo), como lembrou o General Galvin, ex-Comandante Supremo da NATO na Europa, em entrevista ao «Diário de Notícias».

A defesa precisa de ser aceitável para poder ser mobilizadora. Para o que convém, entre outras coisas, ser e parecer um instrumento necessário e conveniente, e até mesmo rendoso, pelo menos prometendo aumentar a capacidade negocial, o prestígio, a influência, o desenvolvimento e as oportunidades de cooperação. Por isso, não é indiferente que, para Portugal, Defesa tenha por objectivo principal declarado Soberania, ou Dissuasão.

Para Portugal, o objectivo Soberania tem por vantagem não deixar no seu conjunto territorial, e na área que ele define (porque são deveras importantes para a segurança e até para a capacidade negocial de vizinhos e de aliados seus) um vazio militar que estes tendam a denunciar para se proporem preenchê-lo com meios seus, com prejuízo da capacidade negocial de Portugal e para da sua coesão interterritorial.

Para o que convém não perder de vista que estrategistas de tais países aliados e vizinhos tendem a «dividir» o geofactor português em áreas de influência estratégica próprias (Fig. 2). E note-se que, a não ser preservada tal soberania, Portugal tenderá a perder prestígio e influência também no Mundo Lusófono, com prejuízo para os objectivos da sua própria política de Cooperação de interesse mútuo com eles. E note-se que as áreas operacionais da NATO, se têm individualidade própria em tempo de paz, e também em certas situações de crise, não terão imunidade garantida em caso de crises muito graves ou de guerra aberta. Nomeadamente porque, no caos que poderá resultar delas, o poder militar dos EUA poderá julgar ter de ditar outras leis, em benefício de todos. Pelo que tais áreas operacionais são muito mais oportunidade de afirmação nacional, que outra coisa. Daí, dever ter-se o maior cuidado com o citado projecto «Arco Atlântico», que tenderia a desempenhar o papel que Portugal pode desempenhar sozinho como componente da defesa atlântica, tanto da América do Norte como da Europa Atlantista, com transferência do poder negocial de Lisboa para Paris, e com riscos de coesão interterritorial nacional, uma vez que Washington dificilmente deixará de considerar os Açores em área de interesse estratégico da América do Norte. Inclusive porque o atlantismo da proposta «Arco Atlântico» poderá manifestar pendor eurocentrista, isto é, para luta de tracção intra-europeia pela condução do projecto europeu.

Quanto a considerar a Dissuasão como propósito primeiro da Defesa Nacional, isso implicaria o inconveniente de denunciar — clara ou veladamente — ameaças que sempre vieram de países vizinhos, dos quais se é hoje parceiro ou aliado em organizações multinacionais que se esforçam por promover cooperações conducentes a maior segurança. E, de qualquer modo, os meios de defesa militar que forem julgados necessários para o exercício eficaz da Soberania, porque terão de ser suficientemente credíveis quanto a sofisticação e a poder, serão por certo também os mais adequados ao exercício da Dissuasão, que não deixarão de fazer discretamente, como convém, pela sua mera existência.

Nesta ordem de ideias, parece que a Portugal poderá convir dispor de Defesa Militar capaz de, em linhas muito gerais:

- em tempo de paz, exercer presença e vigilância no seu conjunto territorial e em áreas marítimas e aéreas imediatamente envolventes, por forma a não se tornar necessário empenhar meios alheios para o efeito;
- em tempo de crise grave, ou de guerra aberta, poder resistir durante o tempo que poderão levar a acorrer reforços aliados, e poder enquadrá-los (por meio de compatibilidade planeada) para preservação da possível soberania.

De notar que, por tudo o referido, a Portugal convirá que a área NATO que lhe está atribuída para fins operacionais — o IBERLANT — corresponda por inteiro à do seu geofactor, incluindo as área marítima e aérea imediatamente envolventes. E não apenas por inteiro, mas também exclusivamente. Isto, por se achar inconveniente manter-se a inclusão de espaços territoriais da vizinha Espanha numa área de controlo operacional português, por tal poder vir a servir de pretexto para futuras cooperações no geofactor nacional no caso de, um dia, aquele aliado se decidir a ingressar na estrutura militar da NATO, com conseqüente presença sua, simultânea e incomodamente envolvente, nas fronteiras terrestre e marítima do País.

De notar que, em termos da NOI, no âmbito do cenário europeu e extra-europeu, parece estar a tornar-se cada vez mais interessante o recurso a forças multinacionais (de terra, mar e ar) móveis, flexíveis e bem instruídas política e militarmente, para formar forças de manutenção de paz («peacekeeping forces»), ou mesmo promotoras de paz («peacemaking forces»), e para gestão de crises. Nomeadamente no âmbito da ONU, da CSCE e da UEO. Tendência essa a que parece conveniente que um País como Portugal, como iniciador que foi da era que agora está culminando na Nova Ordem Internacional, tenha o dever ético e de solidariedade, e a conveniência, de aderir.

Razão por que também se lhe impõe dispor de Forças Armadas com oficiais de adequada cultura político-estratégica a reforçar com a frequência de mestrados, licenciaturas, ou de cursos de extensão universitária, em áreas como da Estratégia, das Relações Internacionais, da História, da Comunicação Social, da Sociologia, etc.

VI — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta claramente do atrás referido que o Mundo de hoje, particularmente quanto à Segurança colectiva e individual, não consente amadorismos, nem improvisações. Mormente para os países que são simultaneamente muito importantes para outros, e muito vulneráveis, é o caso de Portugal. Razão por que, antes do mais, a organização de Informações deles — ou melhor dizendo, de Investigação Estratégica — deva ser altamente competente e atenta, e por que as suas forças militares precisem de contar com importante sector profissional, em que impere a qualidade. Razão ainda por que a defesa preventiva (desenvolvimento, educação, dissuasão e capacidade adequada para gerir e participar em crises internacionais) deva ser alvo dos maiores cuidados e atenções. Nomeadamente, a técnica de gestão de crises deverá merecer os maiores cuidados, quanto à constituição, e treino frequente, de Gabinetes de Crise (em jogos de estratégia), quanto à cultura político-militar dos seus membros, e quanto à formulação de planos de contingência a actualizar e a testar com os próprios treinos frequentes dos Gabinetes de Crise, e com outros.

Por outro lado, a Defesa Nacional, pelas razões que atrás se apontaram, — aliás como as Relações Externas a que aquela precisa de estar intimamente ligada — necessita de decorrer duma Grande Estratégia Nacional, tida pelo conjunto dos objectivos Nacionais Permanentes (históricos e conjunturais) largamente consensuais, que precisam de ser identificados com a maior urgência. Por isso, se entendeu como adequado não ir mais além neste trabalho.

Referir-se-á por fim que o Poder Nacional, isto é, a capacidade do País para influenciar acontecimentos num sentido favorável ao seu Interesse, pode ser superior ao que tem sido ultimamente, por maior aproximação do seu Poder Efectivo ao que está teoricamente ao alcance do seu Potencial Estratégico. E isso passa não só por desenvolvimento económico, moral e cultural reforçador da preciosa individualidade nacional, como por uma Defesa Nacional de qualidade e credibilidade adequadas.

Referir-se-á por fim que liberdade, que é natural decorrência da Segurança, é bem precioso que, como a Saúde, só se lhe dá o devido valor quando perdida. Razão por que muitas nações que estavam submetidas na Velha

Ordem, e que estão vendo possibilidades de recuperar a sua liberdade na Nova, as estão aproveitando com entusiasmo, e até mesmo com sacrifício de vidas.

26 de Maio de 1992.

Virgílio de Carvalho